

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.dfr@dabr.com.br

Diagnóstico frágil

A avaliação que o Tribunal de Contas da União (TCU) fez das políticas sociais do governo indica que 78% das que foram avaliadas — incluindo Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida — “não contam com estruturas de gestão de riscos e controles internos institucionalizados, revelando vulnerabilidades na prevenção de falhas e desvios que podem comprometer o alcance de objetivos das políticas públicas, inviabilizar a implementação de medidas preventivas de forma ágil e a melhoria da tomada de decisões”.

Vai dar problema

Os programas sociais serão o cartão de visitas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva rumo à reeleição. Se os problemas não forem corrigidos em tempo recorde, a oposição vai deitar e rolar em cima das deficiências apontadas pelos técnicos do TCU.

Cotas ainda são necessárias

Parlamentares aproveitaram o 4º Brasília Summit Lide — **Correio Braziliense** sobre o tema da liderança feminina para reforçar a necessidade das cotas. Senadoras Eliziane Gama (PSD-MA) e Soraya Thronicke (Podemos-MS); a ex-senadora Ana Amélia Lemos; e deputadas, como Greyce Elias (Avante-MG), foram unânimes em defender o papel das mulheres na política e a necessidade de manter essa política para ocupação de espaços de poder.



Tudo termina no STF

A Polícia Federal (PF) já foi informada de que se o projeto de lei relatado por Guilherme Derrite (PP-SP) trouxer qualquer redução dos poderes de investigação e de ação contra o crime organizado — ou mesmo uma saída do caso Marielle —, o assunto irá para o Supremo Tribunal Federal (STF). Portanto, se os conservadores quiserem aprovar uma proposta que amplifique o poder de fogo federal e estadual contra o crime organizado, terão que negociar com Derrite algo que não comprometa o poder de ação da PF.

Quem avisa.../ ... amigo é. A ala mais ligada a Derrite já foi advertida de que é melhor um projeto negociado, e que traga resultados para todos, do que algo capaz de provocar mais brigas, com o risco de ser resolvido pelo Supremo.

Política no meio

O volume das críticas do governo ao deputado Guilherme Derrite, antes de concluídas as negociações em torno do projeto, tiveram um pano de fundo eleitoral. É que o PT deseja, desde já, criar um discurso contra a pré-candidatura do deputado paulista ao Senado ou ao governo estadual.

CURTIDAS

COP30 quente/ Os corredores da blue zone da COP30, onde ocorrem as reuniões de cúpula, estavam em temperatura ambiente. É que os aparelhos de ar-condicionado simplesmente não funcionaram. Já dava para sentir de perto os efeitos do aquecimento global no clima amazônico.

AFP



A oscilação de Tarcísio/ O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (**foto**), ora é tratado como candidato ao Palácio do Planalto, ora à reeleição. Esta semana, está no “modo Brasília”.

Candidata em construção/ O discurso da primeira-dama do Distrito Federal, Mayara Rocha, no 4º Brasília Summit Lide — **Correio Braziliense** foi lido por muitos na plateia como o lançamento de uma pré-candidatura ao Poder Legislativo. Ao final, perguntada sobre seu ingresso na política, ela desconversou dizendo que não será candidata a nada.

Vai ter insistência/ Um amigo do governador Ibaneis Rocha ficou tão impressionado com a fala de Mayara que ficou de oferecer um jantar para o casal, a fim de convencê-los de que se trata de uma candidata pronta.

Colaborou Rosana Hessel

JUDICIÁRIO

Núcleo com “disposição homicida”

PGR pede condenação de “kids pretos” e agente da PF, que pretendiam manter Bolsonaro no poder via “crimes de imensurável impacto”

» ALÍCIA BERNARDES
» IAGO MAC CORD

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu, ontem, a condenação de todos os réus do “núcleo de ações coercitivas” (núcleo 3) do plano de golpe para manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder, após a derrota nas eleições de 2022. Segundo o procurador-geral da República Paulo Gonet, os acusados integram uma “organização criminosa” formada para “praticar crimes de imensurável impacto, colocando à prova a estabilidade do país”. De acordo com a denúncia, o grupo agiu com “declarada disposição homicida brutal”.

“O cenário que estava promovido era de aberta violência”, criticou o procurador-geral, descrevendo que os réus eram os responsáveis pela preparação tática da tentativa de golpe, que buscava pressionar o Alto Comando do Exército e planejar ataques diretos a autoridades civis e militares. Ao pedir as condenações, Gonet argumentou que os oficiais tiveram uma “contribuição decisiva” para o plano de golpe porque ocupam cargos importantes na hierarquia militar e receberam treinamento especial em “estratégias disruptivas de forças adversas”.

“Os réus atuaram ativamente, e com meios, em princípio, aptos em si mesmos, para que o golpe se consumasse. Arquitetaram e deram andamento a ações voltadas para a ruptura da ordem constitucional”, observou o PGR, salientando que o fato de os oficiais pertencerem às Forças Especiais do Exército é um agravante. Isso porque os “kids pretos” são treinados para operações de alta complexidade e, por conta disso, aprenderam táticas de combate, sobrevivência e infiltração.

“Integrantes deste núcleo pressionaram agressivamente o Alto Comando do Exército a ultimar o golpe de Estado, puseram autoridades públicas na mira de medidas letais e se dispuseram a congregar forças militares terrestres ao serviço dos intentos criminosos”, destacou Gonet. De acordo com a denúncia, os planos elaborados pelo grupo — o “Punhal Verde Amarelo” e a “Operação Lune-ta” — tinham como alvos o então presidente e vice-presidente eleito, respectivamente Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin, além do ministro Alexandre de Moraes, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Estratégia comum

Tal como fizeram os advogados dos já condenados, a estratégia dos defensores dos réus foi de, mais uma vez, desqualificar o acordo de delação premiada do tenente-coronel do Exército Mauro Cid e pôr em xeque a isenção de Moraes como ministro-relator, uma vez que seria alvo de um plano para assassiná-lo. A linha comum na defesa dos clientes foi de que a PGR teria desconsiderado trechos que ino-centam os réus, que fazem parte dos depoimentos prestados pelo então ajudante de ordens de Bolsonaro. Isso, segundo os advogados, incorre em suposta “falta com a verdade processual”.

O advogado Marcelo César Cordeiro, que defende o coronel do Exército Fabrício Moreira de Bastos, questionou a “validade seletiva” dos relatos de Cid e lembrou que, nas cinco vezes em que o ex-ajudante de ordens foi inquirido, descreveu a suposta reunião dos “kids pretos” como “apenas uma confraternização”. Cordeiro argumentou que, se as declarações de Cid serviram para condenar réus

Rosinei Coutinho/STF



Integrantes deste núcleo pressionaram agressivamente o Alto Comando do Exército a ultimar o golpe de Estado, puseram autoridades públicas na mira de medidas letais e se dispuseram a congregar forças militares terrestres ao serviço dos intentos criminosos”

Trecho do relatório do procurador-geral Paulo Gonet

de outros núcleos, agora devem absolver Bastos.

Outro ponto contestado foram os documentos apreendidos. O advogado Luciano Pereira de Souza, defensor do tenente-coronel Hélio Ferreira Lima, negou que o “Desenho Operacional Luneta” fosse um plano golpista, alegando que o termo é técnico e consta em manuais

do Ministério da Defesa, usado para “análise de fatores portadores de futuro”. Segundo ele, o documento projetava cenários sobre eventuais fraudes eleitorais, sem relação com ataques a autoridades.

A defesa do coronel Márcio Nunes de Resende Júnior também rebateu as acusações. O advogado Rafael Thomaz Favetti afirmou que

a carta ao então comandante do Exército, general Freire Gomes, supostamente discutida em reunião, era conhecida pelo Alto Comando desde a manhã de 28 de novembro de 2022.

O advogado Renato da Silva Martins, que representa o tenente-coronel Rafael Martins de Oliveira, defendeu o impedimento de Moraes, alegando que o ministro seria “vítima direta”, e questionou a integridade das provas digitais apresentadas pela PGR.

O ministro, por sua vez, rejeitou as alegações de cerceamento de defesa e de se afastar do julgamento. Reafirmou, ainda, que todos os atos processuais seguiram o princípio da ampla defesa, rebatendo a tese de restrições de acesso. O julgamento deve se estender até 19 de novembro.

2 x 0 contra Denarium

» LUANA PATRIOLINO

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) André Mendonça votou, ontem, pela cassação do governador de Roraima, Antonio Denarium (PP), por abuso de poder político e econômico. Mas, depois do voto, um novo pedido de vista foi apresentado, desta vez pelo ministro Nunes Marques. Isso parou o julgamento pela terceira vez.

O placar está em 2 x 0 contra Denarium, condenado quatro vezes pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR) por distribuir cestas básicas e reformar casas em 2022, ano eleitoral. Ele recorreu à instância superior e, em agosto de 2024, o julgamento foi suspenso em comum acordo entre os ministros.

Mas, em 26 de agosto deste ano, Mendonça pediu vista e sustou a análise da ação. Agora, foi a vez de Nunes Marques. Não há data para a retomada do julgamento e, pelas regras do TSE, o ministro tem 60 dias para devolver o voto.

Denarium foi condenado por abuso de poder político e econômico, com pena de oito anos de inelegibilidade, por distribuição de cestas básicas e reformas de casas no programa Morar Melhor, durante a campanha de 2022, quando foi reeleito. Para a relatora, ministra Isabel Gallotti, a iniciativa habitacional driblou a proibição da Justiça de começar projetos sociais em anos eleitorais. Na sessão de ontem, Mendonça acompanhou a relatora e também defendeu a execução imediata da decisão.

Procurado pelo **Correio**, o governador negou irregularidades.